

DIFERENÇA DE GÊNERO NAS ROUPAS: O ESPARTILHO E A CALÇA *BLOOMER* NO SÉCULO XIX

Heloar Vasconcelos Ribeiro (1); Maria Salete de Souza Nery (1)

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – ppgmemorials@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a correlação entre as peças do vestuário feminino espartilho e calça *bloomer* no século XIX, com vistas a perceber a diferenciação de gênero internalizada pela sociedade e refletida nas vestimentas que marcava a distinção entre os sexos e também servia como uma forma de controle social para manter as mulheres em seu papel de esposas submissas. Para tanto, serão discutidas a história do espartilho e da referida calça com vistas a perceber como cada uma encerrava a submissão das mulheres, a dominação masculina e a diferenciação entre homem e mulher e entre roupa de homem e roupa de mulher. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que pretendeu dar conta de questões sobre moda, gênero, feminismo e mulheres, pois sem compreender tais abordagens seria impossível chegar a compreensão do objeto de estudo. Como conclusão, percebemos o embate entre o desejo de manutenção de estruturas rígidas, sobretudo as que demarcam as diferenças sexuais com o uso do espartilho, em contraposição ao desejo de emancipação feminina com a calça *bloomer*, considerada como peça que marca a reforma do vestuário feminino para torna-lo prático, saudável e confortável e não apenas como expressão da sensualidade feminina.

Palavras-chave: Moda, Gênero, Espartilho, Calça Bloomer.

Introdução

As mulheres têm uma relação estreita com a moda, sendo associadas a ela em variados momentos da história. As formas de expressão feminina devem ser lidas a partir de sua específica situação na distribuição diferencial de poder entre homens e mulheres ao longo da história. Assim, no que toca a vestimenta, foram elas ocidentalmente (nosso foco aqui) controladas pelos limites impostos pela figura masculina, que, quando não se agradava de seu modo de vestir, podia dispor de sua autoridade, instrumentalizada em variados recursos (do discurso de recriminação moral à violência física), fazendo-a vestir-se de acordo com os gostos do pai, marido, irmãos, etc. (DEL PRIORE, 2014). Um exemplo disso é o uso das calças compridas, que foi um tabu durante algum tempo, como aponta Crane (2006).

Apesar desse afastamento entre homem e mulher que estava explícito na vestimenta, o ditame da elegância da roupa feminina não se alterou muito nos processos de transição até o século XIX, mas modificando a partir desse momento os significados ideológicos e morais das roupas. Nas classes prósperas, superiores do período oitocentista, era comum e bem visto que o homem aparecesse apagado ao lado da mulher que deveria estar deslumbrante. Esse costume caracterizava uma sociedade em que os valores econômicos e a ostentação de um consumo eram fundamentais. “A mulher era a vitrina do homem; ao fabricar uma aparência exageradamente feminina, ela

proclamava sua segunda posição na ordem social e familiar. Era o triunfo de uma ilusão” (ROCHE, 2007, p.73).

Levando em consideração a afirmação acima sobre a relação entre moda e mulher no século XIX, é objetivo desse texto analisar a convivência, nesse período, de duas peças que caracterizam aspectos distintos da relação entre feminino e vestuário, o espartilho e a calça *bloomer*, para perceber como as roupas deixavam patente a diferenciação de gênero naquela sociedade ocidental. Para tanto, como objetivos específicos pretende-se analisar brevemente a já amplamente debatida história do espartilho, elucidar questões relativas à criação da calça *bloomer* e relacionar essa peça do vestuário com contornos mais amplos de uma dominação masculina e diferenciação dos sexos através das roupas e um movimento pelos direitos das mulheres a partir de uma reforma do vestuário, sobretudo no período oitocentista.

Vale dizer ainda que a discussão desse trabalho, ainda que não diretamente, pretende abordar a diferenciação de gênero sob a perspectiva da vestimenta, ao passo que analisar todas as perspectivas em que se verifica a inserção feminina e o embate de gênero significa avançar nos estudos sobre a mulher (SCOTT, 1989). Considerando, então, as duas peças do vestuário feminino a serem discutidas no presente texto, estas representam a dominação masculina, no caso do espartilho, e o desejo de libertação da mulher, no caso da calça *bloomer*, como também uma distinção dos sexos que se dava, inclusive, pelas roupas.

Metodologia

O estudo será realizado a partir de pesquisa bibliográfica e a escolha dos autores se deu baseada nas contribuições e discussões que estes fizeram e continuam fazendo a respeito dos temas moda e gênero/mulheres. O principal eixo da discussão é oferecido pelas contribuições teórico-metodológicas de Georg Simmel, Diana Crane, Anne Hollander e James Laver (moda), Marisa Batalha e Mary Del Priore (gênero/mulheres).

Resultados e discussão

Segundo Georg Simmel (2008), a vida social é regida por um dualismo, sendo uma de suas vertentes a tendência para a imitação e a outra para a distinção. Tomando a moda como forma fundamental da dualidade, nela estão presentes o desejo de imitar e a necessidade de distinção. O

parecer igual ao outro ao mesmo tempo em que coloca o indivíduo como pertencente a um grupo social, liberta-o “da dor da escolha e deixa-o, sem mais, aparecer como um produto do grupo” (SIMMEL, 2008, p.23), também o leva a um estágio mais avançado de querer se distanciar. Na moda, a imitação conduz o indivíduo a fazer parte de um grupo, na distinção, permite que as classes se diferenciem. É possível observar na sociedade outro antagonismo ao qual a moda submete os indivíduos: a diferença de gênero. As roupas acentuam também essa divisão entre homens e mulheres criando regras de vestimenta para cada um.

Se considerarmos a relação entre moda e sociedade, perceberemos que aquela nem sempre foi como a imaginamos atualmente, mas sim um fenômeno que foi tornando-se essencial para compreender as formações sociais ao longo da história. Os povos primitivos, por exemplo, a desconheciam e se utilizavam da vestimenta apenas como proteção do corpo das intempéries climáticas. Na Antiguidade verifica-se uma diferenciação dos indivíduos através da roupa e dos materiais com os quais era confeccionada, assim como no princípio da Idade Média. Calanca (2011) aponta que na Europa pode-se considerar que o surgimento da moda “oficial” se deu na segunda metade do século XIV e a partir da acentuação da rivalidade entre aristocracia e burguesia. Outra característica foi uma mudança visual radical que definia o curto e apertado para o homem e o longo e aderente ao corpo para a mulher.

Outro momento de diferenciação se deu no século XIX, onde a moda afastou o masculino do feminino e conferiu a cada um uma forma diferente, um conjunto diverso de tecidos e de cores. Para o grupo feminino a vestimenta continuava sendo grande ferramenta para sua afirmação dentro do grupo. O objetivo da mulher do século XIX era casar-se, se não se casasse perdia o prestígio social e sofria com os preconceitos. Deste modo, os decotes, babados e espartilhos eram justificáveis, sobretudo em reuniões sociais, nas quais mulheres solteiras se apresentavam trajando sua *toilette* mais sedutora. Contudo, isso não se restringia apenas à mulher solteira (SOUZA, 1987). “A moça entregava-se ao aprendizado da música e das maneiras, ao interesse pelos vestidos, vivendo na expectativa da chegada do marido” (SOUZA, 1987, p. 89). Se não se casasse a mulher perdia o prestígio social e dedicando-se ao trabalho descia imediatamente de classe.

A moda seria como o mecanismo feminino para se distinguirem e realçarem sua individualidade quando tal satisfação lhes foi recusada em outras áreas. Seria um substituto da posição no seio de uma classe profissional, na qual o homem atuava predominantemente (SIMMEL, 2008). Ainda segundo Simmel, a moda vai significar para a mulher, levando em conta o dualismo da vida social, a tendência para o geral, o sentimento de pertença a certo grupo, ao costume, a forma

de vida aceita e reconhecida, e a necessidade de individualização, uma caracterização individual de sua personalidade, durante muito tempo suplantada na história das civilizações.

Na sociedade oitocentista, a vestimenta atenuava a sedução e a atração era o princípio diretor da roupa feminina. Pode se tomar como exemplo o espartilho, que comprimia a cintura feminina evidenciando-a ou a roupa de festa, que se ajustava ao corpo enriquecendo as formas com seus babados e franzidos, além dos perfumes e adornos que despertavam os sentidos do homem, ou mesmo a crinolina¹ que conferia as saias e vestidos um grande volume. Todo esse apuro na preparação da vestimenta tinha o propósito de chamar atenção dos pretendentes das moças solteiras, podendo estes se tornarem seus maridos.

Considerando então os espartilhos, peça que expressa um vestuário de submissão e sensualidade na roupa feminina, ganharam força a partir do século XVI por conta das ideias renascentistas, dentre outras coisas, de culto ao corpo, apesar de existirem sobre a alcunha de corpete em séculos anteriores e servirem como estrutura de sustentação e proteção ao busto. A partir desse período popularizou-se o uso da peça que passou a compor o guarda-roupa feminino como regra, devendo ser usado por todas as mulheres desde a infância (BATALHA, 2015).

O traje foi absorvido de forma rápida e assumiu *status* de novo padrão de beleza. Como destaca Laver (2006), adquiriu características marcantes na corte do rei espanhol Carlos I, significando um novo modo de vestir da mulher na Idade Média e que trazia consigo novas regras no seio social, tanto no que diz respeito aos espanhóis, quanto na Europa, em geral, pois a expansão do espartilho foi rápida. É importante dizer que o uso dos espartilhos, como comprovado posteriormente, era deformador e não saudável, pois comprimia as costelas femininas e causava enorme desconforto, entretanto, significava uma rigidez social imposta às mulheres através da vestimenta.

Era basicamente usado para moldar a cintura feminina e sua confecção era a base de barbatanas e tecidos firmes, sendo muito utilizado com anquinhas² e anáguas para que a cintura aparentasse ainda menor. Alves e Aymone (2013) descrevem que para a colocação do espartilho infantil deitava-se a criança de bruços no chão, pisava-se em suas costas e então se puxava os cordões que compunham essa peça para que ficasse o mais justa possível.

¹ Estrutura usada embaixo das saias e que conferia a elas maior volume do que uma grande quantidade de anáguas. Fabricadas inicialmente com crinas de cavalo trançadas e depois com arames de aço e que dificultava a movimentação das mulheres.

² Almofada ou armação que as mulheres usavam sob a saia, para entufá-la.

Hollander (2003) também se debruçou pela história do espartilho, desvelando de forma mais contundente a ideia de que essa peça estava associada as regras de rigidez social nas quais a imagem feminina era objeto sexual para o homem. Essa autora considerou que o espartilho configurava em sua estrutura e modo de vestir a dominação masculina, pois pretendia uma cintura marcada e uma silhueta mais definida, corroborando com a ideia de mulher frágil que devia ser “cuidada” ou controlada pela figura masculina, sendo a fragilidade legitimada também pelos desmaios causados pelo aperto da peça.

No século XIX, apesar das crescentes críticas, popularizou-se o padrão da silhueta em S, ou seja, o uso de um “espartilho saudável” que já não fazia tanta pressão no abdômen feminino, mantinha a silhueta ereta, o busto impulsionado para frente e os quadris para trás formando um S. O espartilho só deixou de ser peça fundamental do vestuário feminino em 1910, principalmente por conta da necessidade de uma maior mobilidade do corpo feminino que já adentrava no mercado de trabalho e necessitava de roupas que respondessem a essa nova rotina, e a eclosão da Primeira Guerra Mundial foi fundamental às mudanças no traje feminino do período.

Em contrapartida, observa-se também no século XIX o que se chama de traje ou calça *bloomer*. Foi exatamente em 1850 que se percebe uma evolução, ainda que modesta, no vestir feminino com a Revolução do Traje a partir da criação de uma espécie de calça-saia que se constituiu como o fim do uso exclusivo de calça para homens. Foi a americana Amélia Bloomer, militante feminista, que criou uma peça composta por uma versão simplificada do corpete, uma saia ampla abaixo do joelho e calças compridas e largas com ajuste no tornozelo. Como aponta Crane (2006), o uso das calças ainda era controverso nesse período marcado por diferenças severas entre homens e mulheres. Apesar da aderência por algumas mulheres que faziam parte de movimentos de emancipação feminina e das companheiras de Bloomer, a grande maioria da sociedade americana não demonstrava aceitação ao traje que recebeu várias críticas, dentre elas a acusação de que “apagaria as distinções entre os sexos”.

“O traje *bloomer* era visto como ameaça à ideologia de esferas separadas, com base no argumento de que apagaria as distinções entre os sexos. A roupa vitoriana constituía uma forma de controle social que contribuía para manter as mulheres em papéis dependentes e subservientes” (CRANE, 2006, p.229). Essa afirmação demonstra uma necessidade de constante dominação feminina sob todos os aspectos, incluindo a vestimenta. Junte-se a isso ainda a grande controvérsia em torno do traje criado por Amélia Bloomer e a perpetuação, inclusive na sociedade atual, de uma

peça como o espartilho que passou a ser usado como peça obrigatória, deixando evidente tanto na sua confecção quanto no modo de vestir um controle do masculino sob o feminino.

Ao analisar a Reforma do vestuário discutida por Crane (2006), percebemos que havia um embate, sobretudo no século XIX e na França, Estados Unidos e Inglaterra, que permeava a libertação feminina através das roupas. Apesar de as mulheres que passaram a usar o traje *bloomer* terem sofrido alto grau de assédio e deixado de sair com a calça-saia em público poucos meses depois de sua criação, adaptações a esse estilo de roupa foram sendo usadas no espaço privado do lar e as feministas estadunidenses não desistiram da luta por reformas no vestuário, continuando a escrever livros e artigos e realizar convenções para que se popularizasse o uso de roupas mais simples e saudáveis.

É importante dizer que havia uma necessidade de controle do comportamento feminino e a roupa tinha importante papel nisso, afinal, ao modelar gestos e posturas corpóreas, modelam-se igualmente posturas sociais. O “embate” dos trajes no período ganha significados peculiares ao observarmos que algumas mulheres se destacaram no período pela luta para obtenção de direitos, ainda que só possamos falar na utilização e difusão do termo feminismo em finais do século XIX. Assim, a calça *bloomer* expressa transformações em curso no olhar da mulher sobre si própria e sobre o mundo, pois as proibições referentes a participação no mercado de trabalho ou ao acesso a escolaridade trazia consigo uma pouca consciência política e social nas mulheres. Crane (2006) destacou que foi no período oitocentista que franceses, estadunidenses e ingleses viram mudanças significativas ocorrerem na vida feminina das classes alta e média, ainda que em proporções e momentos distintos para cada uma dessas sociedade.

Entretanto, cabe salientar, a França ainda se mostrava mais reticente após a Revolução Francesa que acabou fortalecendo os direitos masculinos e excluindo as mulheres, ainda que estas tivessem tido papel importante durante o conflito. A título de exemplificação, no final do oitocentos, Grã-Bretanha e Estados Unidos já ofereciam as mulheres trabalhos como professoras, médicas ou advogadas, mas as francesas até o final desse século ainda sofriam preconceito por trabalhar. Os próprios movimentos por reforma do vestuário tiveram menor expressividade na França que só permitiu o uso de calças pelas mulheres para a prática de alguns esportes ou para fazer uso da já popular bicicleta (CRANE, 2006; SANTUCCI; FIGUEIREDO, 2015).

O atraso com relação ao feminino verifica-se em quase todo o ocidente, inclusive em países como o Brasil, que no século XIX ainda se encontrava submetido à Portugal. O uso do espartilho, por exemplo, popularizou-se em solo brasileiro por volta do Segundo Império (1840-1889) e não

havia uma mulher da aristocracia que não fizesse uso da peça, tanto para manter o enrijecimento dorsal quanto para tornar visíveis a elegância e sensualidade que a mulher das classes dominantes deveria demonstrar. “A postura, tal qual a haste do lírio, impunha posição teatral, imponente, altaneira, manifestando igualmente as qualidades da alma e as virtudes de certo caráter feminino” (DEL PRIORI, 2014, p.204). Ainda segundo Del Priori (2014), não havia sequer uma heroína dos romances da época que não fosse descrita usando o espartilho, o que revela também a criação de um tipo de mulher a ser seguida, inclusive nas roupas.

Santucci e Figueiredo (2015) salientam ainda que foi o ciclismo e a bicicleta que marcaram o momento de uma modificação do vestuário moderno, pois permitiu que mulheres passassem a usar no espaço urbano roupas que anteriormente só se utilizava no ambiente privado ou em espaços marginais. Evidentemente essas autoras ressaltam que não apenas a atividade de ciclista, pois as bicicletas eram caras e por isso disponíveis a uma pequena parcela que podia pagar por elas, mas o desejo e um movimento crescente das mulheres de utilizarem roupas que permitissem o movimento do corpo sem muito esforço ou dores

Ainda no oitocentos verifica-se também o total desconhecimento do corpo feminino por parte da medicina e da sociedade em geral, se observarmos a difusão da histeria para patologizar mulheres que expressavam seus desejos de libertação das imposições sociais, por isso dizia-se que fatores como a vestimenta poderiam causar crises nervosas no “sugestionável e frágil corpo feminino” (SILVA, 2014). Foi só em finais do século XIX e a partir de movimentos pelos direitos das mulheres que a reação a roupas como a calça *bloomer* foram menos negativas e que se começou uma reforma no vestuário na França ou Inglaterra, ainda que mulher de calças tenha sido algo a se popularizar mais propriamente apenas no século XX.

Conclusões

Diante do exposto, é possível concordar com a opinião de Simmel (2009) que aponta para a dualidade na vida social e pelo antagonismo ao qual a moda submete homens e mulheres. Nesse sentido, ao explorarmos a utilização, durante vários séculos do espartilho e da calça *bloomer* inserida em uma Revolução do Traje, percebemos o embate entre o desejo de manutenção de estruturas rígidas, sobretudo as que demarcam as diferenças sexuais, em contraposição ao desejo de emancipação feminina ou de libertação da submissão das mulheres demarcadas pelo espartilho, considerado como peça que caracterizava fundamentalmente a dominação masculina. A criação de

uma peça de roupa como a calça *bloomer*, portanto, não representou para as mulheres apenas mais uma possibilidade de indumentária entre as já existentes, mas anuncia os contornos de movimentos pelos direitos femininos que iam muito além de reformas no vestuário.

A Revolução do Traje ou Revolução do Vestuário, desse modo, revela uma diferenciação dos sexos existente nas sociedades ocidentais ao mesmo tempo em que expõe a luta feminina por um espaço social e pela liberdade de transitar no âmbito público independente da aprovação masculina, tendo esse movimento de libertação feminina estreita relação com a vestimenta, posto que algumas delas, como é o caso dos espartilhos, que tanto distinguia homens e mulheres pela forma do corpo e postura com o uso dessa peça, como pela ato de liberação de um severo padrão de ser objeto de desejo do homem e não poder se locomover livremente. A evolução, ainda que não linear, primeiro suavizou a rígida estrutura do espartilho e alcançou avanços como a permissão do uso de calças por mulheres, demonstrando que a calça *bloomer* foi um dos mais importantes símbolos do vestuário no que diz respeito a autonomia de gênero e a criação de novos papéis femininos na educação, no trabalho e na sociedade, como um todo.

Referências

ALVES, Andressa S; AYMONE, José L. F. As continuidades no vestir na história da modelagem do vestuário. **Blucher Design Proceedings**. São Paulo, n. 2, vol. 1, mai. 2014.

BATALHA, Marisa Helena Martins. **Marcha das vadias: Corpo e identidade. Feminismo na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2015.

CALANCA, Daniela. **História social da moda**. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. Tradução: Cristina Coimbra. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher: Amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história**. 2. Ed. São Paulo: Planeta, 2014.

HOLLANDER, Anne. **O Sexo e as roupas: a evolução do traje moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

LAVER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. 3º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária**. Tradução: Assef Kfourfi. São Paulo: SENAC São Paulo, 2007.

SANTUCCI, Natália de Noronha; FIGUEIREDO, Joana Bosak de. O feminino, o masculino e a bicicleta: paradigmas de gênero construídos no vestuário ocidental. **Competência**. Porto Alegre, RS, v.8, n.1, p. 17-33, jan/jul, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Caroline dos Santos. Seria este o melhor dos mundos? Contexto de reformas do ensino médico na Bahia Oitocentista. In: BATISTA, Ricardo (ed.). **Saberes curativos**: estudos sobre práticas institucionais, curandeirismos e benzeções na Bahia. Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SIMMEL, Georg. **Filosofia da moda e outros escritos**. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas**: a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.